

Gestão de Dados de Comunidades Tradicionais

Data Management in Traditional Communities

Geisa Müller de Campos Ribeiro¹, Laura Vilela Rodrigues Rezende²

¹ Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiania, Goiás, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5778-1248>

² Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiania, Goiás, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8891-3263>

Autor para correspondência/Mail to: Geisa Müller de Campos Ribeiro, geisamuller@ufg.br



Geisa Müller de Campos Ribeiro é Professora com dedicação exclusiva do curso de Biblioteconomia (eixo tecnológico) da Universidade Federal de Goiás. É Doutora em Comunicação, mídia e cultura pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFG. Mestre em Comunicação. Bacharel em Biblioteconomia pela Faculdade de Informação e Comunicação na Universidade Federal de Goiás



Laura Vilela Rodrigues Rezende é Professora Titular da Universidade Federal de Goiás (UFG) atuando na Faculdade de Informação e Comunicação. Professora do programa de pós graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM). É Doutora e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Inteligência Organizacional e Competitiva pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Redes de Computadores pela Universidade Católica de Goiás (UCG) e Graduada em Ciência da Computação pela Universidade Católica de Goiás (UCG).



Copyright © 2025 Ribeiro & Rezende. Todo o conteúdo da Revista (incluindo-se instruções, política editorial e modelos) está sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional. Ao serem publicados por esta Revista, os artigos são de livre uso para compartilhar e adaptar e é preciso dar o crédito apropriado, prover um link para a licença e indicar se mudanças foram feitas. Mais informações em <http://revistas.ufpr.br/atoz/about/submissions#copyrightNotice>.

Resumo

A entrevista discute a gestão de dados de povos e comunidades tradicionais, com foco nas implicações éticas, políticas e epistemológicas de seu tratamento. Destaca-se como princípios e instrumentos de governança podem orientar práticas de ciência aberta sem violar a soberania dos saberes comunitários.

Palavras-chave: Gestão de dados; Povos e comunidades tradicionais; Governança de dados indígenas; Princípios CARE; Princípios FAIR; Rótulos TK e BC.

Abstract

The interview addresses data management involving Indigenous peoples and traditional communities, focusing on the ethical, political, and epistemological implications of handling such data. It highlights how governance principles and instruments can guide open science practices while respecting community knowledge sovereignty.

Keywords: Data management; Indigenous peoples and traditional communities; Indigenous data governance; CARE principles; FAIR principles; TK and BC labels.

1. O que é a gestão de dados de comunidades tradicionais? Qual é a principal diferença para os demais tipos de dados?

A gestão de dados de comunidades tradicionais (Povos e Comunidades Tradicionais) é um conjunto de práticas e princípios que asseguram que os conhecimentos produzidos, compartilhados ou registrados por povos e comunidades tradicionais sejam tratados de forma ética, justa e subordinada à sua própria soberania. Envolve não apenas aspectos técnicos de armazenamento, circulação e preservação dos dados, mas principalmente aspectos políticos e epistemológicos.

Inicialmente, precisamos compreender que dados envolvendo conhecimento tradicional são registros ou representações de expressões culturais e modos de vida de comunidades tradicionais; construídos, transmitidos e preservados coletivamente, possuindo estreita relação com o território e com a natureza, constituindo-se, portanto, como patrimônio cultural imaterial (Instituto Escolhas, 2023). Está relacionado, em geral, a uma concepção do mundo e da vida baseada em uma determinada cosmologia ancestral organizada. São códigos culturais milenares repassados por tradição oral, perpassando uma infinidade de gerações (Ribeiro, 2023).

Parte-se da premissa de que os povos devem escolher o que, sob quais condições, e se esses materiais poderão se tornar públicos ou não, em conformidade com a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas em seu 16º e 31º artigo. O foco é na proteção e soberania dos detentores do conhecimento sobre suas informações e práticas.

A principal diferença é que, enquanto os dados costumam ser geridos com foco em interoperabilidade, abertura e reuso, como defendem os princípios FAIR (encontrável, acessível, interoperável, reutilizável) os dados de comunidades tradicionais exigem uma lógica de proteção, ética, responsabilidade e soberania comunitária, expressa nos princípios CARE: benefício coletivo, autoridade para controlar, responsabilidade, ética ([Global Indigenous Data Alliance, 2019](#)). Em suma, é um imperativo de justiça cognitiva e de governança.

2. Como a gestão de dados científicos pode dialogar com os modos de produção e transmissão de conhecimentos tradicionais, evitando práticas de apropriação e respeito às epistemologias locais?

Precisamos compreender que estamos inseridos em um modelo de cientificidade hegemônico derivado da tradição ocidental moderna que pauta de forma explícita nossas práticas científicas atuais, desconsiderando, na maioria das vezes, outros modos de produzir conhecimento. Esse modelo privilegia epistemologias e métodos considerados universais e, conforme argumenta ([Santos, 2019](#)), produz epistemicídio ao deslegitimizar e invisibilizar outras formas de saber. Para [Vessuri \(2004, p. 171\)](#) a lógica está no “[...] poder de narrar ou bloquear a formação de outras narrativas” e não apenas a crítica à universalidade do conhecimento científico.

Diante das crises planetárias contemporâneas (ambientais, sociais e políticas), esse paradigma tem sido tensionado para o desenvolvimento de práticas mais inclusivas e colaborativas incorporando saberes historicamente marginalizados. O ativismo de dados descrito por [Albagli, Clinio, e Raychcock \(2014\)](#) exemplifica essa tensão, onde comunidades afetadas pelos problemas globais passaram a produzir seus próprios dados e a reivindicar participação efetiva nos processos decisórios associados ao desenvolvimento científico e tecnológico. Esse é o espaço para uma ecologia de saberes ([Santos, 2019](#)) onde está posta a legitimidade e a autoridade epistêmica desses grupos na produção e gestão de seus próprios dados e conhecimentos.

O diálogo precisa ser orientado por princípios de governança e soberania comunitária sobre o conhecimento. Isso só é possível quando a gestão de dados deixa de ser uma atividade somente técnica operacional, mas também comprometida com práticas que reconheçam a autoridade epistêmica das comunidades tradicionais, garantindo que seus conhecimentos sejam tratados de modo ético, contextualizado e não subordinado aos interesses externos. Os princípios CARE são uma forma de reconhecer a diversidade de epistemologias, a soberania dos povos tradicionais e a necessidade de reparar assimetrias históricas.

3. Quais são os desafios de coletar dados oriundos de comunidades tradicionais? Como funciona esse processo?

Os desafios estão intrinsecamente ligados às tensões culturais, questões de soberania, governança de dados e justiça epistemológica. Epistemologias tradicionais podem envolver oralidade, espiritualidade, territorialidade e conhecimentos que não podem ser revelados ou registrados. Isso exige sensibilidade para evitar reducionismos e interpretações distorcidas. Historicamente, dados sobre povos indígenas foram coletados principalmente por estados, organizações acadêmicas e agências internacionais, frequentemente sem o consentimento ou a participação desses povos, perpetuando estereótipos e a colonialidade do saber, que a partir do legado epistemológico eurocêntrico, impede a “compreensão do mundo a partir do próprio mundo em que se vive e das epistemes que lhes são próprias” ([Porto-Gonçalves, 2005, p. 3](#)). [Smith \(2018, p. 22\)](#) afirma que é extremamente difícil discutir metodologia de pesquisa e povos indígenas “sem compreender as complexas maneiras pelas quais a busca do conhecimento está profundamente incrustada nas múltiplas camadas do imperialismo e das práticas coloniais”. Como exemplo, existem diversos métodos de pesquisa pelos quais os participantes ficam expostos a uma condição metodológica, vistos como objetos e não como produtores de conhecimento.

Por isso é importante descolonizar metodologias de pesquisa acadêmicas e fortalecer modos originários de envolvimento desses povos reconhecendo que existem outras formas de visão do mundo. É importante estabelecer uma base de confiança e protocolos que garantam que a coleta e uso dos dados respeitem o direito dos povos detentores de escolher o que, sob quais condições e se esses materiais poderão se tornar públicos ou não; uso de consentimento livre, prévio e informado (CLPI); evitar que o conhecimento gerado seja apropriado e/ou mercantilizado sem consentimento, crédito ou compensação para suas comunidades; conciliar direitos coletivos das comunidades tradicionais com os marcos regulatórios que articulam a promoção da justiça social respeitando as especificidades das etnias. Não é um processo linear nem padronizado, mas um caminho construído junto com cada comunidade.

4. Quais são os desafios de integrar dados oriundos de comunidades tradicionais aos padrões de interoperabilidade sem descharacterizar a singularidade cultural?

Integrar dados provenientes de comunidades tradicionais aos padrões de interoperabilidade apresenta desafios que vão além das questões de infraestrutura tecnológica. Esses dados são inseparáveis das relações históricas, políticas e socioculturais que os produzem e, por isso, carregam cosmologias ancestrais, territorialidades e modos de existência próprios. Embora a interoperabilidade seja apenas um dos pilares dos princípios FAIR, é fundamental reconhecer que tais princípios surgem em um contexto ocidental, técnico e científico. Seu uso, portanto, exige uma postura crítica e ética para evitar que reproduzam lógicas coloniais de redução, distorção, apagamento ou perda de contextualização da singularidade cultural.

Em muitas comunidades tradicionais, o Ser é compreendido como coletivo (Santos, Meneses, & Nunes, 2005); trata-se de conhecimentos milenares nos quais a oralidade garante a continuidade e manutenção de seu modo de vida. Nesses contextos, o saber não pertence a indivíduos isolados, mas à comunidade como um todo. Muitos padrões, no entanto, não foram concebidos para representar essa complexidade, o que evidencia a necessidade de abordagens mais sensíveis e contextualizadas.

Como evidenciado nas questões anteriores, uma das formas de minimizar a perda de contexto e a descaracterização cultural é a adoção dos princípios CARE e FAIR, cujos usos podem ser operacionalizados por meio do uso dos rótulos TK (*Traditional Knowledge Labels*) e os rótulos BC (*Biocultural Labels*) e *Local Contexts*, que são etiquetas digitais que podem ser implementadas na estrutura de descritores de dados (metadados) de um repositório de acordo com as opções previamente escolhidas e customizadas pelas comunidades tradicionais. Esses rótulos foram desenvolvidos por Jane Anderson e Maui Hudson em colaboração com Indigenous Design and Innovation Aotearoa (IDIA) na Nova Zelândia em 2019 ([Local Contexts, n.d.](#)) e comunicam quais são as normas, protocolos comunitários e formas de governança que devem ser respeitados em qualquer relação que envolva a utilização, circulação ou divulgação desses conhecimentos e dados. Uma infraestrutura tecnológica que orienta o uso e referenciamento adequado dos dados e seus metadados, possibilita garantias mais concretas de comprovação de quem são de fato os seus detentores.

No Brasil, os desafios para implementação são grandes, mas já existem iniciativas pilotos que tem como objetivo adotar os rótulos a partir dos valores e normas estabelecidas pelos próprios povos indígenas, como o caso do projeto “Ciência aberta e gestão do conhecimento tradicional e científico: Estudo de caso do Núcleo Takinahakŷ de Formação Superior Indígena da Universidade Federal de Goiás”, que está em desenvolvimento.

5. De que forma a governança da informação pode garantir a soberania das comunidades sobre seus dados, considerando tanto as dimensões éticas quanto jurídicas em relação a pressões de abertura e compartilhamento científico?

A governança da informação pode garantir a soberania das comunidades tradicionais sobre seus dados quando está ancorada em processos cujas decisões sobre coleta, registro, acesso e circulação dos dados são conduzidas por acordos que reconhecem o caráter contextual, coletivo e territorial do conhecimento tradicional. A implementação dos princípios CARE é fundamental e pode estar presente em todo o ciclo de vida dos dados que representam o conhecimento, desde a coleta até a curadoria e acesso conforme as possibilidades de serem aplicados/utilizados. Por exemplo, uso de protocolos comunitários ou acordos específicos com pesquisadores e instituições; decidir coletivamente sobre consentimento, acesso e compartilhamento, inclusive sobre a possibilidade de definir o nível de abertura de alguns dados; participar da governança dos sistemas que armazenam e distribuem informações, assegurando que repositórios, instituições e políticas científicas respeitem suas decisões, mesmo diante das pressões de abertura exigidas por instituições científicas.

Além dos princípios CARE, existem dois documentos de recomendações que surgiram a partir de movimentos globais de reconhecimento da importância de práticas mais inclusivas e justas no contexto da gestão do conhecimento relacionado a esses povos, sendo a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2009), que estabelece padrões internacionais mínimos para influenciar as legislações nacionais e políticas públicas, e o WIPO (World Intellectual Property Organization) - Treaty on Intellectual Property, Genetic Resources and Associated Traditional Knowledge - ([World Intellectual Property Organization, 2024](#)), que ainda está em processo de adesão pelos países e uma vez aprovado, passa a ter validade jurídica. São documentos que reforçam, em diferentes níveis, a centralidade dos direitos coletivos na gestão de conhecimentos e dados de povos indígenas e comunidades tradicionais que podem fortalecer modelos de governança alinhando ética e proteção legal na gestão de dados.

6. Que estratégias têm se mostrado eficazes para que as próprias comunidades tradicionais se beneficiem da gestão de dados científicos produzidos sobre elas, em termos de acesso e de preservação?

No Brasil, essas discussões ainda estão em construção e seguem buscando caminhos institucionais, jurídicos e técnicos capazes de lidar com a complexidade. Embora existam avanços importantes, especialmente no campo acadêmico, o debate ainda é recente. Os princípios CARE e práticas de implementação como as etiquetas TK e BC e a soberania dos dados ainda não foram incorporados de forma sistemática às políticas e práticas institucionais, permanecendo mais como referenciais teóricos do que como mecanismos efetivamente implementados. Embora esse percurso ainda esteja em desenvolvimento, há países mais avançados nessa discussão, como Austrália, Canadá, Estados Unidos e Nova Zelândia, que têm adotado essas práticas.

Acreditamos que as etiquetas, nesse processo, são um caminho eficaz, pois, aliadas a uma infraestrutura tecnológica, podem orientar o tratamento e o referenciamento adequado e contribuir para educar o público sobre os direitos e interesses das comunidades em relação aos dados. Além disso, oferecem garantias mais concretas sobre quem são, de fato, os detentores originais do conhecimento e ajudam a preservar a integridade e a autenticidade dos registros, assegurando que não sejam alterados ou deturpados ao longo do tempo.

REFERÊNCIAS

Albagli, S., Clinio, A., & Raychtock, S. (2014). Ciência aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. *Liinc em Revista*, 10(2). Recuperado de <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3593>

Global Indigenous Data Alliance. (2019). *Care principles for indigenous data governance*. Recuperado de https://static1.squarespace.com/static/5d3799de845604000199cd24/t/6397b363b502ff481fce6baf/1670886246948/CARE%2BPrinciples_One%2BPagers%2BFINAL_Oct_17_2019.pdf

Instituto Escolhas. (2023). *Monitoramento do uso dos conhecimentos tradicionais: como o brasil pode avançar nessa agenda? sumário executivo*. São Paulo. Recuperado de <https://escolhas.org/wp-content/uploads/2023/10/Sumario-CTA.pdf>

Local Contexts. (s.d.). *About the labels*. Recuperado de <https://localcontexts.org/labels/about-the-labels/>

Porto-Gonçalves, C. W. (2005). Apresentação da edição em português. In E. Lander (Ed.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. perspectivas latino-americanas* (p. 3–5). Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: CLACSO. Recuperado de <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/14084/1/colonialidade.pdf>

Ribeiro, G. M. C. (2023). *A produção partilhada do conhecimento na vivência com a comunidade indígena bororo: princípios para uma ciência cidadã* (Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás, Brasil). Recuperado de <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12959>

Santos, B. S. (2019). *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul*. Belo Horizonte: Autêntica.

Santos, B. S., Meneses, M. P., & Nunes, J. A. (2005). Para ampliar o cânone da ciência: A diversidade epistemológica do mundo. In B. d. S. Santos (Ed.), *Semear outras soluções: Os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais* (p. 1–121). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. Recuperado de <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/res/pdfs/IntrodBioPort.pdf>

Smith, L. T. (2018). *Descolonizando metodologias: pesquisa e povos indígenas*. Curitiba: Editora UFPR.

Vessuri, H. (2004). La hibridización del conocimiento: La tecnociencia y los conocimientos locales a la búsqueda del desarrollo sustentable. *Convergencia. Revista de Ciencias Sociales*(35). Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/105/10503507.pdf>

World Intellectual Property Organization. (2024). *WIPO treaty on intellectual property, genetic resources and associated traditional knowledge*. Recuperado de https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/gratk_dc/gratk_dc_7.pdf

Como citar esta entrevista (APA):

Ribeiro, G. M. de C.. & Rezende, L. V. R. (2025). Gestão de Dados de Comunidades Tradicionais. *AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento*, 14, 1 – 4. Recuperado de: <http://dx.doi.org/10.5380/atoz.v14i1.102231>